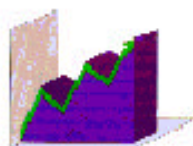


Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias

27 de março de 2000

Índice



Mercosul

Empresas e Setores

Trabalho e Movimento Sindical

Relações Externas

Notas e Correspondência

Apoio

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição



Consultoria Econômica e Social

Fórum reúne 12 países da América do Sul

O Brasil confirmou, ontem, a realização do primeiro encontro de presidentes da América do Sul, estabelecendo um fórum de debates entre os países da região e demonstrando que o continente será prioritário na formulação da política exterior do País nos próximos anos. O encontro será realizado nos dias 31 de agosto e 1º de setembro próximos, em Brasília, reunindo os doze países da América do Sul. A agenda da reunião deverá englobar temas como a democracia na região, formas para incrementar o comércio entre os países da América do Sul, infra-estrutura de integração e combate ao narcotráfico. Segundo nota divulgada pelo Itamaraty, *"o governo brasileiro entende que a América do Sul comparte projetos, problemas e temas comuns cuja especificidade merece um exame próprio"*. (Gazeta Mercantil, 24.03.00)

Reunião ministerial vai tentar relançar Mercosul

A iniciativa de relançar o Mercosul está deixando o campo da retórica. Brasil e Argentina definiram sexta-feira uma agenda comum de será discutida pelos ministros da Fazenda, Defesa e Relações Exteriores dos dois países em uma reunião ministerial em Buenos Aires, de 26 a 28 de abril. Pela primeira vez, os dois principais sócios do bloco discutirão em nível ministerial formas para acabar com a guerra fiscal entre estados brasileiros e as províncias argentinas. *"Temos de eliminar os incentivos fiscais e ao mesmo tempo adotar mecanismos comuns para tornar nossas economias competitivas"*, disse o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Luis Felipe de Seixas Corrêa.

Os argentinos têm intensificado suas críticas às políticas de incentivos fiscais de alguns estados brasileiros, que estariam atraindo empresas argentinas e provocando a estagnação industrial em algumas províncias argentinas. O ministro da Economia, Jose Luiz Machinea, disse semana passada que, se os estados brasileiros insistirem na concessão de incentivos fiscais, o processo de criação de uma união aduaneira teria de ser substituído por uma área de livre comércio.

A coordenação das políticas macroeconômicas entre os dois países também deve ganhar contornos mais concretos a partir da reunião. *"É um trabalho complicado, mas precisa ser enfrentado para que a integração se intensifique"*, disse Seixas Corrêa. Além da questão dos incentivos fiscais, foram incluídos na pauta da reunião temas como infra-estrutura, assuntos consulares, integração fronteiriça, segurança e agenda multilateral. Segundo Seixas Corrêa, os dois países vão discutir novas fontes de financiamento para projetos comuns e o projeto Avança Brasil, que inclui algumas obras de interesse regional. (Gazeta Mercantil, 20.03.00)

La agenda de discusión

La agenda contempla un plan de obras que incluye desde infraestructura energética y vial, hasta gasoductos y la hidrovía Paraguay-Paraná. En sí, el plan no es original: figura desde hace años entre los posibles emprendimientos a realizarse por los dos países. La novedad proviene de la decisión de Brasil de enganchar este plan con un programa de desarrollo de obras públicas bautizado Avanza Brasil.

El proyecto dedica otro capítulo a los asuntos económicos y comerciales. Según señaló Chighizola se centraría sobre los pasos para coordinar las economías brasileña y argentina. Y contendría un punto relativo al Mercosur: la creación de un mecanismo permanente que sirva para dirimir las disputas entre los socios.

Se debate además, acuerdos consulares, que faciliten la circulación de personas entre los dos países. Hay también un plan de implementar consulados conjuntos en algunos países.

El capítulo de asuntos fronterizos, que discutirán los ministros, prevé el estudio de nuevos puentes sobre el río Uruguay y un acuerdo sobre transporte fluvial.

En seguridad, tratarán de establecer una cooperación operativa entre las fuerzas armadas de ambos países.

Medio ambiente, derechos humanos, temas de la Antártida y la plataforma continental fueron también punteados en el programa tentativo establecido por las dos cancillerías. Y a eso se le debe sumar la posibilidad de establecer un mecanismo de consulta y cooperación para cuestiones de política y defensa internacional.

El anuncio formal se efectuará tras las negociaciones que se harán en Buenos Aires con la visita de José Paulo Silveira, gerente general del plan Avança Brasil, el programa quinquenal brasileño que Cardoso puso en marcha al comenzar su segundo mandato, con una inversión total estimada en 400.000 millones de dólares.

El acuerdo con la Argentina serviría para unir proyectos, buscar financiación internacional en común y, sobre todo, darle un espaldarazo decisivo al Mercosur en momentos en que predominan las discusiones sobre diferencias sectoriales. (Clarín, 19-03).

Fechado o Acordo Automotivo

Dia 24 de março foi acertado o acordo automotivo que valerá até 31 dezembro de 2005. A partir do dia 1º de janeiro de 2006, o regime de transição será substituído pela zona de livre comércio. O novo acordo, que protegerá a indústria argentina e estimulará a competitividade brasileira, como argumentou o secretário de Indústria, Hélio Mattar, entrará em vigor em junho.

Nos próximos dois meses continuará valendo o regime de um por um, ou seja, um dólar argentino exportado por um brasileiro importado - e vice-versa. O acordo dará novo fôlego ao que o mundo diplomático vem definindo como relançamento do Mercosul e renovará suas perspectivas diante dos investidores. E exatamente quando os dois principais sócios do bloco, Brasil e Argentina, viviam um dos piores momentos na sua relação comercial. *"Ninguém reclamou de fuga de empresas de autopeças para o Brasil. Acho que esse assunto está encerrado"*, disse Hélio Mattar, que reconheceu: *"Nossa preocupação foi proteger a indústria argentina e, ao mesmo tempo, estimular a competitividade da indústria do bloco"*. Mas fez um alerta: deve haver limites para esta proteção ou o Mercosul sairá prejudicado no mercado mundial.

O acordo prevê diferenças para quem estiver em vantagem competitiva e com superávit comercial. O mais competitivo poderá exportar, no primeiro ano, 6,2% a mais do que importará. Este teto aumentará, gradativamente, ao longo da transição. Além desses percentuais estabelecidos, o comércio ficará sujeito à cobrança de tarifas de importação.

No capítulo de alíquotas de importação fica clara a proteção à indústria automobilística argentina. Foi definido ainda em 30% o conteúdo local de autopeças de carros - atendendo a insistente pedido de proteção pelos argentinos - e de 25% para caminhões. O conteúdo regional, ou seja, a produção das autopeças dentro do Mercosul deverá ser de 60%. Com esses percentuais, a produção fica isenta de tarifas dentro do bloco. A badalada Tarifa Externa Comum (TEC), motivo de várias discordâncias entre os negociadores, foi fixada em 35% para carros e utilitários leves. No caso dos caminhões, os percentuais variam de acordo com o seu tamanho e o país. O acordo prevê ainda TEC específica para as autopeças. No caso das peças não-fabricadas dentro do bloco haverá uma TEC especial de 2% - baixa para suprir a falta deste produto dentro do Mercosul. A moral desta história, como observou Hélio Mattar, depois de muitos meses de negociações que terminaram com o inesperado acordo de ontem, é que "ele já estava pronto na cabeça de cada um dos negociadores". Faltava, no entanto, maior compreensão das duas partes com os diferentes momentos da economia de cada um. (Jornal do Brasil, 24.03.00)

Apoyo de las automotrices argentinas

Las automotrices radicadas en la Argentina recibieron con buenos ojos, aunque con cautela, el nuevo régimen automotor anunciado por el Gobierno.

Fuentes empresarias dijeron : "el régimen acordado no difiere demasiado de lo que había propuesto la Asociación de Fábricas de Automotores (Adefa), por lo que nuestra primera visión es positiva. Igualmente, hay algunos puntos criticables: uno es que coexistan en un mismo año dos regímenes, porque eso hace difícil compatibilizar los controles; pero la cláusula que menos nos gusta es la que se refiere al aumento del arancel externo común (AEC) para la importación de autopartes, ya que implica un incremento de entre 6 y 7 puntos en los costos de producción de vehículos". El aumento de los costos de producción es lo que más desvela a las automotrices. "Las autopartes tienen un impacto de entre el 60 y el 70% en el valor del vehículo. Así, el incremento en el arancel para las piezas se traduce en un aumento efectivo de los costos del orden del 4 por ciento. Como el mercado está muy resentido y débil, no va a ser fácil trasladar esa suba al público, pero tampoco va a ser sencillo absorberlo, porque no hay margen como para hacerlo." (La Nación, 24-03).

Meta é unir a produção

Acertado o acordo automotivo - depois de tensas discussões entre Brasil e Argentina, principais sócios do Mercosul, resta agora estendê-lo aos demais parceiros do bloco, Uruguai e Paraguai, que poucas mudanças trarão ao já acordado. A partir daí, os negociadores do Mercosul vão dedicar-se a gerar empregos nas diferentes indústrias do bloco. A informação foi dada pelo secretário de indústria do Ministério do Desenvolvimento, Hélio Mattar, para quem os sapatos argentinos, por exemplo, poderiam ter a sola brasileira e os cordões paraguaios ou uruguaios. "*Assim intensificaríamos a produção e juntos buscaríamos ganhar outros mercados*", sugeriu na reunião de ontem com seus pares argentinos. "*O Mercosul deve ser transformado numa plataforma exportadora. Devemos deixar de competir entre nós mesmos para juntos competirmos no mundo*".

Os chamados fóruns para discutir o estímulo à indústria da região reunirão, em abril, em Buenos Aires, empresários e governos dos quatro países do Mercosul. Num primeiro momento, eles conversarão sobre como harmonizar a produção de madeira, móveis, couro e sapatos. "*A Argentina tem um dos melhores couros do mundo, mas seu produto poderia ser mais competitivo*", disse. Os mesmos exemplos poderão ser aplicados ao frango, que passaria a ser produzido em escala e também outros itens do setor agroindustrial. "*A produção de frango precisa de grãos, de fertilizantes e as máquinas de aço. Se acertarmos essa cadeia produtiva vamos gerar empregos e melhorar nossa balança de pagamentos*", afirmou. A idéia, segundo Hélio Mattar, é que cada um compreenda a cadeia produtiva do país vizinho e que, conjuntamente, descubram os gargalos desta linha de fabricação. "*Precisamos nos integrar, cada vez mais, porque assim encontraremos equilíbrio comercial*", afirmou Mattar, que, ao lado do embaixador brasileiro no Mercosul, José Botafogo Gonçalves, comandou as tortuosas negociações com os argentinos. (Jornal do Brasil, 24.03.00)

Presidente uruguayo actúa ante la bilateralidad regional

El presidente uruguayo decidió encomendar a los Ministros de Relaciones Exteriores, Industria y Economía, elaborar un plan de acción para que Uruguay no quede excluido de las negociaciones del bloque como viene sucediendo últimamente.

El objetivo es involucrar más a Uruguay y fortalecer la seguridad jurídica del bloque.

Esta iniciativa es propuesta pocos días antes que el Canciller uruguayo reciba en Montevideo a su par argentino, y propicia un análisis profundo entre ambos socios sobre la situación de quiebre político que atraviesa el bloque.

Asimismo, en el marco de esta estrategia global de integración, el Presidente Batlle encomendó al Ministro de Industria que despliegue una actividad intensa en el área automotriz, a fin de compensar la relación bilateral entre Brasil Argentina, que resulta perniciosa para Uruguay. (*El Observador* 23/03/00)

Paraguay muda atuação no Mercosul

O ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Juan Esteban Aguirre, disse ontem que as indústrias de seu país devem se preparar para a concorrência e aproveitar melhor o Mercado Comum do Sul (Mercosul), porque o bloco não reparte pão a domicílio. *"Precisamos que as empresas nos digam exatamente do que necessitam para competir, porque o segredo do mercado está na concorrência"*, afirmou o ministro ao advertir que o Mercosul *"não nos trará o pão. Temos que ir buscá-lo"*. Aguirre garantiu que o Paraguai teve uma "participação mecânica" no bloco, composto pelo Brasil, Argentina e Uruguai, que tem ainda o Chile e a Bolívia como sócios. Essa iniciativa deve ser respaldada por *"uma gestão orientada a gerar benefícios reais para o setor privado"*, disse o ministro. Segundo ele, os uruguaios deram um bom exemplo. *"O Uruguai tem a grande vantagem de ter chegado ao consenso dentro de sua sociedade de que o Mercosul é a via de crescimento para o país. O Uruguai cresce via Mercado Comum e isso é o que devemos aprender com os uruguaios"*, disse o chefe da diplomacia paraguaia.

Aguirre também se referiu às dificuldades porque passa o Paraguai para a captação de capital, pois, segundo o ministro, o Paraguai precisa com urgência *"limpar a casa"*, porque *"qualquer investidor pergunta primeiro que garantia tem, como funciona a administração de Justiça e se seus investimentos e bens terão proteção necessária"*. Segundo Aguirre, a melhor maneira de conseguir e oferecer essas condições é começar por *"fazer um país sério"*, demonstrando, por exemplo, que a reforma do Estado é um projeto realizável. O ministro anunciou que governo de Assunção vai impulsionar uma nova política em suas relações exteriores com o propósito de dar prioridade aos contatos bilaterais, sem perder de vista os objetivos da integração dos países do Cone Sul americano.

Na agenda de prioridades figuram uma maior aproximação com o Brasil e a Argentina e, em menor medida, com Bolívia e Chile, países que têm acordos comerciais de associação parcial com o Mercosul. *"Com o Uruguai temos esperanças de avançar rápido"* na normalização das relações, disse Aguirre. (*Jornal do Brasil*, 20.03.00) ([regressar](#))

Una fallida lista de exiliados

La alarma por la presunta fuga de industrias argentinas a Brasil fue el gran elemento de presión que introdujeron los empresarios argentinos para abogar por un replanteo de las reglas de juego en el Mercosur. A este escenario se plegaron los gobernadores de las provincias ricas para promocionar sus políticas activas. Pero detrás de los grandes discursos quedan algunas dudas.

¿Hay pequeñas y medianas empresas argentinas que hayan cerrado sus puertas para trasladarse a Brasil, donde las esperan con los brazos abiertos? Las hay, pero las fuentes empresariales consultadas coinciden en que no es tan fácil que eso ocurra, y enumeraron los obstáculos que deben sortearse.

"La amenaza de irse a Brasil se realiza para negociar con el gobierno argentino, pero eso sólo lo puede hacer una mediana o gran empresa", dijo César Tortorella, presidente de la Confederación General Económica.

La famosa lista que conformó la Unión Industrial Argentina con una treintena de empresas que supuestamente se habían mudado a Brasil quedó, en realidad, un poco larga. Incluso la misma entidad decidió sacarla de circulación por la cantidad de quejas que generó de parte de empresas que aseguraban que no se habían mudado ni pensaban hacerlo. Y el Gobierno no ha conformado ninguna lista, con lo que es casi imposible medir si se está dando la migración empresarial.

Por su parte, el embajador brasileño ante el Mercosur, José Botafogo Gonçalves, calificó de "declaraciones retóricas genéricas" los últimos dichos de los gobernadores de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba, a los que acusó de estar guiándose por actitudes emocionales artificiales, el diplomático se mostró irritado con las quejas contra Brasil desencadenadas por el mandatario bonaerense Carlos Ruckauf. "Nuestro interlocutor es el gobierno nacional, no los gobernadores de las provincias. Ellos no tienen competencia legal para negociar con Brasil", dijo, y calificó de "fantasía" el éxodo de empresas argentinas a Brasil. (La Nación, 22-03).

Niegan que convenga mudarse a Brasil

Las empresas argentinas que en estos años expandieron sus operaciones al Brasil calificaron desde "absurda" hasta "loca" la idea de que es simple trasladar una empresa a este país. "Quien se lance al Brasil sin pensar puede correr riesgos serios", dijo Norberto Ianuzzi, director de Sideco Brasil (Grupo Macri). "Brasil no es una panacea, hay dificultades como en la Argentina y las ventajas financieras de la devaluación son momentáneas. Lo que hay que hacer antes de venir es un riguroso estudio de mercado", consideró Ianuzzi, cuya empresa lleva cinco años en este país. "La discusión está en un plano más emocional que racional", comentó.

Para Alfredo Collado, presidente de Impsa do Brasil (Grupo Pescarmona), la agitación en torno del supuesto "éxodo" de empresas argentinas es ilógica. "Si alguien pone los supuestos beneficios impositivos y la donación de un terreno como la razón de su mudanza, se equivoca de cabo a rabo", expresó. Para el ejecutivo, cerrar las operaciones en la Argentina es igual a "quemar las naves de forma inconsciente. Va a perder el mercado que tenía en la Argentina y tal vez, por haber venido sin bases sólidas, no conquiste ningún mercado en Brasil". (La Nación, 23-03).

UIA cerró acuerdo con los brasileños

Industriales brasileños y argentinos avanzan en negociaciones paralelas a las oficiales para destrabar la discusión generada por las asimetrías con Brasil dentro del Mercosur.

En un comunicado, los industriales brasileños aceptan como necesario «que los sectores sensibles que preocupan a los empresarios sean objeto de un tratamiento realista y efectivo por parte de los

gobiernos». En otras palabras, esto implicaría analizar conjuntamente salvaguardias, cupos, derechos específicos y, si esto no alcanzara, la posibilidad de aplicar nuevamente aranceles intra-Mercosur.

Los industriales argentinos prepararon el terreno con vistas a la negociación entre los representantes de los gobiernos que componen el mercado común, y en una reunión reservada que se realizó días pasados en Río de Janeiro con la poderosa Confederación Nacional de Industrias de Brasil (CNI) lograron firmar un acuerdo que, en cierta forma, condiciona pero a su vez allana las negociaciones bilaterales.

Entre otros puntos coincidieron en buscar propuestas específicas para las «políticas de inversiones y medidas que distorsionan las competitividades». Este tema es relevante para los industriales argentinos porque permitirá «abrir el paquete» de subsidios que cada estado federal otorga a los distintos sectores y discutir en profundidad las diferentes competitividades obtenidas gracias a estos incentivos.

Si bien la incorporación de los llamados sectores sensibles en un acta de compromiso fue originariamente rechazado por los representantes de la CNI, en la discusión a puertas cerradas la delegación de la Unión Industrial Argentina (UIA) convenció finalmente a los socios brasileños posibilitando la incorporación de esta alternativa entre los temas a tratar.

Este acta tiene una doble lectura para los industriales. Por un lado puede allanar el camino de las negociaciones de los representantes gubernamentales argentinos, pero por otro le fija un « piso mínimo » a ser alcanzado por el gobierno.

En la reunión entre las máximas entidades industriales de la Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, como es el Consejo Industrial del Mercosur, se acordó un « programa de trabajo para el consenso ». En el documento, se reconoce que « la crisis actual vivida por el Mercosur impone una revisión de la agenda y métodos de trabajo » y estiman necesario que « los gobiernos avancen rápidamente en la coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales, condición esencial para la existencia de un mercado común ». Afirma que se « considera fundamental la recuperación del diálogo oficial en el proceso de relanzamiento del Mercosur ».

En el acta de compromiso se fijaron dos líneas de acción. Una es el « seguimiento permanente » de los problemas generados durante 1999 y la otra es la búsqueda de « propuestas específicas » a realizar a los gobiernos mediante « la selección de temas prioritarios a ser considerados según su importancia para la industria ».

Entre los temas de seguimiento « permanente » se encuentran la coordinación de políticas macroeconómicas, la internalización de la normativa del Mercosur y de los sistemas legales nacionales, y las negociaciones multilaterales en el ámbito de la OMC.

En la segunda línea de acción (de propuestas específicas) se abre la discusión en tres niveles. Uno es el área de consolidación de la unión aduanera, en segundo término la profundización de la integración y, por último, las relaciones externas del Mercosur. (Ambito Financiero, 22-03).

Traba a los pollos brasileños

Tras dos meses de calma, nuevamente hay cupos máximos para la importación de pollos enteros eviscerados desde Brasil. La medida fue tomada el 21 de noviembre último por el juez federal de Concepción del Uruguay, Juan José Papetti, tras una denuncia de productores entrerrianos y del Centro de Empresas Procesadoras Avícolas (CEPA).

La sentencia, que fijó el cupo en 3742 toneladas de pollos por mes, fue apelada por el gobierno de Menem, que entendió que la Justicia no podía intervenir en la política comercial exterior del país.

El 30 de diciembre, la Cámara Federal provincial resolvió en favor del Estado nacional por dos votos contra uno en la apelación a la sentencia en primera instancia. Pero el CEPA y los productores avícolas entrerrianos apelaron la decisión de la Cámara, que ahora debe decidir si devuelve al juez Papetti el fallo para su revisión o si se eleva ante la Suprema Corte de Justicia.

Esta apelación provoca que se mantenga firme la sentencia en primera instancia, por lo que la Cámara Federal provincial debe aún comunicar a la Aduana que vuelva a aplicar los cupos para la importación de pollos brasileños.

El conflicto de los pollos está en la agenda de las negociaciones que se iniciarán en Buenos Aires entre funcionarios de ambos países. (La Nación, 21-03).

Volkswagen invierte en Argentina

Volkswagen rema contra la corriente. En Brasil estudia el cierre de su fábrica de motores en la localidad de São Carlos, a 244 kilómetros de San Pablo, mientras en la Argentina la española Seat -a la que controla- comenzará a producir el mes próximo el modelo Córdoba, que hoy se importa.

Se fabricarán siete versiones del Córdoba -más grandes en apariencia, con diferentes motores y equipamientos de los que vienen de Europa- en las instalaciones de Volkswagen de la localidad bonaerense de General Pacheco.

La empresa explicó que la apuesta por el Mercosur responde a la estrategia global de la alemana Volkswagen. Y dentro del bloque regional, Seat decidió fabricar el Córdoba en la Argentina porque la planta de Volkswagen en la localidad bonaerense de General Pacheco tiene la capacidad para hacerlo. La plataforma del Volkswagen Polo es similar a la del Córdoba.

Las fábricas de Brasil, en tanto, están ocupadas en el desarrollo de otros proyectos. El presidente de Seat, Bruno Adelt, aseguró hace dos días en Madrid que aterrizarán en Brasil en el "momento propicio". (La Nación, 23-03).

Productores arroceros del Mercosur se reúnen en Montevideo

Los productores arroceros del Mercosur se reúnen hoy en Montevideo para tratar el difícil tema del comercio regional del cereal. Los productores brasileños insisten en su posición de no aceptar que las importaciones de grano desde Argentina y Uruguay superen las 550 mil toneladas este año, pese a que el 2 de marzo se firmó un acuerdo que "racionalizaba" las ventas hacia Brasil, reduciendo los negocios en casi un 30% con relación a la zafra pasada.

Industriales uruguayos manifestaron que no aceptarán la cuotificación planteada, en tanto que los productores brasileños amenazan con bloquear en la frontera el ingreso de arroz importado si no se atienden sus reclamos.

Mientras dirigentes gremiales rurales como la Federación de Agricultura del Estado de Río Grande do Sul sostienen que ese puía puede lograr un correcto autoabastecimiento, y por lo tanto no aceptarán que el país importe más de 550 mil toneladas, empresarios uruguayos sostienen que no se justifica establecer cupos y lo único que corresponde es continuar con los compromisos asumidos.

El Acuerdo firmado el 2 de marzo en Porto Alegre recomendaba racionalizar las ventas de arroz a Brasil, en especial en los meses de marzo y abril, de manera de producir menor distorsión posible en los precios. Establecía, además, que Argentina bajaría sus ventas en un 55% respecto al año anterior y Uruguay destinaría al mercado brasileño un 45% de la producción de este año, lo que totalizaría 746 mil toneladas. (El Observador 24/03/00)

Interés brasileño en invertir en planta de procesamiento de celulosa en Uruguay

Ejecutivos de dos importante grupos papeleros brasileños, acompañados de un senador norteno se reunieron el miércoles con el presidente uruguayo para comunicarle sus propósitos de realizar una

inversión del orden de los US\$ 900 millones, en la instalación de una gran planta papelera para el procesamiento de celulosa maderera y la adquisición de una empresa forestal local.

Uno de los grupos interesados es Industria Klabin de Papel e Celulosa, IKPC que es la mayor compañía manufacturera de productos forestales en América Latina y la número 57 a nivel mundial.

En su viaje a Brasil, tras las elecciones, Batlle se reunió en la ciudad brasileña de Bagé con representantes de esta empresa. (*El Observador* 24/03/00)

Setor têxtil contrata e exporta mais

As exportações da indústria têxtil brasileira expandiram-se em 41% em fevereiro, com relação ao mesmo período de 1999, informa a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). No mês passado, as vendas ao exterior renderam US\$ 106 milhões. Embora não tenham sido divulgados números detalhados, a entidade estima que a evolução das vendas externas, em volume, tenha sido de 60% no mesmo período. Os dados foram anunciados durante a abertura da Interstoff South America, ontem em São Paulo.

O resultado confirma até agora a projeção de aumento de 30% nos embarques do segmento para este ano. A entidade anunciou, também, melhora no nível de emprego do setor em janeiro. Após cinco anos com registro sucessivo de demissões, houve nesse mês contratação de 2,5 mil funcionários. (*Gazeta Mercantil*, 20/03/2000)

Seguros

Una de las mayores compañías de seguros del mundo, la estadounidense Nationwide, que cuenta con activos de aproximadamente US\$ 120 mil millones, pretende invertir entre US\$ 2 mil millones y US\$ 3 mil millones en compras y sociedades en América Latina. Aproximadamente 40% de ese volumen de inversiones será aplicado en Brasil, donde la empresa comenzará a operar ya durante este semestre, de acuerdo con declaraciones efectuadas ayer por el presidente de la unidad brasileña de Nationwide, Philip Healey. (Nexobrasil –22/03)

Makro invertirá US\$ 34,7 millones en la apertura de 4 nuevos supermercados mayoristas.

Con el objetivo de atender a los pequeños mercados, que comienzan a sentir el crecimiento de las grandes cadenas de supermercados y su instalación en las proximidades de su local, la red Macro se prepara para abrir 4 nuevos supermercados mayoristas en los próximos meses. Makro, que es líder del sector de supermercados mayoristas de Brasil, invertirá US\$ 34,7 millones en la apertura de los seis nuevos puntos de venta.

De acuerdo con Sergio Giorgetti, los nuevos supermercados tendrán un nuevo formato, más sofisticado y moderno, para atraer a los dueños de pequeños mercados de barrio, que no consiguen comprar directo de las industrias. (Nexobrasil –22/03) ([regressar](#))

Reunión Plenaria de la CCSCS en Buenos Aires

El próximo martes 28 de marzo se realizará en Buenos Aires la reunión Plenaria de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur con la participación de delegados de las Centrales Sindicales miembros de Brasil, Paraguay, Argentina, Uruguay y Chile.

En la misma se realizará una evaluación de lo actuado por la Coordinadora durante el pasado año, y la situación actual de Mercosur. Asimismo está planteado realizar un plan de trabajo para el 2000, incluyendo la participación del organismo en los organismos institucionales del Mercosur (FCES, SGT 10, Comisión Sociolaboral) y las actividades previstas a nivel sectorial regional. *(Corresponsal en Uruguay 24/03/00)*

Sindicatos de la Energía de Uruguay reclaman por situación de los trabajadores de ANDE (Paraguay)

Dirigentes de los Sindicatos de la Energía (energía, combustibles y gas) se entrevistaron el pasado martes con representantes de la dirección de asuntos políticos de la Embajada de Paraguay, a quienes transmitieron su preocupación con la represión que vienen sufriendo los dirigentes gremiales y trabajadores del sector eléctrico de aquél país, quienes se encuentran en huelga hace más de un mes.

Asimismo expresaron su preocupación sobre el hecho que los sistemas de generación eléctrica paraguayos están siendo operados por efectivos del Ejército y la Marina, mientras el gobierno se niega a habilitar algún mecanismo de negociación con SITRANDE.

Los representantes de AUTE, FANCAP y UAOEGAS entregaron una nota en la sede diplomática expresando que entienden que "más que nunca en aquél país es necesario el fortalecimiento de las instituciones democráticas" para evitar "retornar a viejas prácticas que atentan contra los derechos fundamentales de los ciudadanos" y reclamando que "los derechos contra grados de los trabajadores sean respetados por las autoridades". *(Corresponsal en Uruguay, 23/03/00)*

Ley laboral: la CGT desconoce el acuerdo con el Gobierno

La CGT oficial, que encabeza Rodolfo Daer, desconoció ayer el acuerdo que había alcanzado con el Gobierno por la reforma laboral, en febrero. Los sindicalistas pidieron ayer en el Senado que se le hagan nuevas modificaciones a la iniciativa oficialista.

Con su postura, los sindicalistas parecieron acercarse a quienes desde el PJ proclaman la necesidad de hacerle correcciones a la versión aprobada en Diputados.

Daer fue claro con la comisión laboral del Senado: "Venimos con la expectativa de que ustedes mejoren esta ley, de que acá vamos a incorporar lo que no pudimos agregar en Diputados", dijo. Y repitió que "hace falta un gran acuerdo nacional".

Hace exactamente un mes, la CGT visitó la Casa Rosada -en compañía de los empresarios- para presentar la reforma laboral como fruto de un acuerdo de todos los sectores involucrados. Un día después se votó la iniciativa en Diputados.

Pero los tiempos han cambiado desde que la ley está en manos de los senadores, donde el PJ tiene la llave para aprobar la reforma o rechazarla.

"Nosotros teníamos dos caminos -abundaron los sindicalistas-: el diálogo o la confrontación. Elegimos el primero, por eso ahora queremos que ustedes vean todo lo que se pueda agregar. Es el juego parlamentario, ¿qué tiene de malo?".

Los hombres de Daer también reiteraron partes de su discurso, al decir que la reforma laboral no debiera ser una prioridad del Gobierno. En el rubro de las "urgencias", la CGT mencionó la evasión impositiva, el contrabando, el dúmping comercial y la tasa de interés. "Lo único que se les ocurre a los

ministros de Economía de este país parece ser que es el costo laboral", se quejaron los jefes de los grandes gremios.

Daer, a su turno, volvió a aclarar que "nunca firmamos nada" con el Gobierno. En efecto, el acta que se leyó en la Casa Rosada no incluyó firmas, aunque fue evidente que la CGT dio entonces su aval político a la reforma. Esa decisión detonó la fractura del sindicalismo y la formación de una CGT paralela, al comando del camionero Hugo Moyano.

De sancionarse la ley, la CGT reconocida por el Gobierno quisiera que se agreguen sus observaciones y que éstas sean consensuadas por los senadores de la Alianza. Si así fuera, la podrían votar dos tercios del Senado y la iniciativa no volvería a Diputados para una sanción definitiva.(Clarín,23-03).

Plan de acción de la CGT disidente

La CGT disidente realizó la primera reunión del consejo directivo. Allí se determinó un plan de acción que apunta a "tener presencia" en distintos conflictos sociales y se ratificó que se movilizarán frente al Congreso el día que los senadores traten la reforma laboral, probablemente el mes próximo. Esa ley fue el detonante de la fractura del sindicalismo peronista. (Clarín, 22-03).

Intentan la unidad sindical

El líder de la Confederación General del Trabajo (CGT) disidente, Hugo Moyano (camioneros), intentó ayer recuperar de modo pacífico la sede de la central sindical, en la calle Azopardo. No consiguió su objetivo, pero se reunió, finalmente, con su adversario interno, el titular de la CGT oficial, Rodolfo Daer (alimentación).

Ambos sectores sindicales, que se dividieron la semana última por sus discrepancias frente a la reforma laboral que impulsa el Gobierno, acercaron posiciones. Moyano y Daer rechazaron la iniciativa que está trabada en el Senado por las resistencias del bloque de senadores justicialistas .

La reunión de Daer y Moyano duró dos horas, y esto podría significar el primer paso hacia la unidad sindical. La idea, según dijo el propio jefe de la central obrera oficial, es que en el congreso gremial del 11 de mayo próximo se dirima en una votación el sucesor de la CGT, y Moyano se presentaría como candidato.

El acercamiento quedó reflejado en el rechazo de la reforma laboral y en que el rebelde Moyano no descartó la unidad sindical si existe una conducción de la CGT que "garantice los derechos de los trabajadores". Esa posibilidad podría concretarse el 11 de mayo próximo.(La nación, 24-03).

Salário Mínimo: Um governo surdo e cego

Diante do decreto do governo brasileiro , que estabeleceu em R\$ 151 (US\$88) o salário mínimo brasileiro, a CUT - Central Única dos Trabalhadores - divulgou a seguinte nota:

"O governo FHC continua surdo aos apelos dos mais amplos setores da sociedade e cego à realidade da população, cada vez maior, de baixa renda . O pífio aumento do salário mínimo mostra o descompromisso com o Brasil e a opção pela "Ilha da Fantasia". Ao mesmo tempo em que se nega a reajustar dignamente o piso salarial do país, o governo, com uma naturalidade indecente, aumenta seu teto. Um dos principais problemas da situação sócio-econômica brasileira é a elevada concentração da renda. Dados da PNAD – que consideram apenas a renda do trabalho, não sendo computados aí os lucros , apontam que, em 1998, os 40% mais pobres recebiam apenas 9,2% da renda total, enquanto os 10% mais ricos cerca de 48% do "bolo". A renda média dos que estão no topo era cerca de 40 vezes superior à renda média dos que estão na base da pirâmide social. A estagnação da economia deve ter inclusive contribuído para uma

piora destes indicadores no ano de 1999. Obviamente aumentar o salário mínimo é um passo fundamental para alterar de forma imediata a lógica do atual regime de exclusão econômica e social, montado a partir da satisfação dos interesses dos credores internacionais, às custas do emprego, da elevação da informalidade e da redução das contribuições sociais. O que

a CUT defende, juntamente com outras centrais sindicais e diversos setores da sociedade, é uma Política de Valorização do Salário Mínimo e a elevação imediata de seu valor ao nível médio do salário mínimo do Mercosul. E já que possuímos uma economia mais diversificada e que avançou a sua produtividade ao longo dos anos noventa, reduzindo o custo salarial em relação ao custo total, parece-nos, esse, um valor perfeitamente compatível com nossa capacidade econômica. Basta abrir os olhos e destapar os ouvidos. A CUT não vai se calar nem aceitar passivamente essa situação, vamos lutar incansavelmente pelo aumento do salário mínimo. Nesse sentido já convocamos, juntamente com as outras centrais sindicais, um "Arrastão em Defesa do Salário Mínimo", no Congresso Nacional, dia 29 de março – para o qual convocamos todas as entidades da base da Central."

Salário mínimo no Mercosul

Em sua declaração a CUT se refere ao nível médio do salário mínimo no Mercosul. Os recém divulgados relatórios sobre os Direitos Humanos no mundo, pelo Departamento de Estado do governo norte-americano nos permite uma comparação entre esses valores.

De acordo com o relatório, que foi divulgado em 25 de fevereiro último,. Seriam os seguintes os valores do salário mínimo no Mercosul:

Argentina - Salário equivalente a US\$ 200 (200 pesos) o que não garante condições decentes de vida para o trabalhador e sua família ; jornada de trabalho de 48 horas. O mínimo não é cumprido para muitos trabalhadores, especialmente do setor informal (40%) .

Bolívia - salário de US\$ 56 (330 bolívares), baixo mas não seguido para todos os trabalhadores, especialmente do setor informal e agrícolas (não abrangidos) ; jornada de trabalho de 44 horas.

Brasil- salário, na época da pesquisa de US\$ 70 (136 reais) , aumentado para US\$ 88 (150 reais), cita estudo do departamento intersindical de estatística que mostra que o salário mínimo brasileiro não satisfaz nem um quarto das necessidades do trabalhador e sua família, não cumprido muitas vezes, especialmente no Nordeste do Brasil; jornada de 44 horas semanais .

Chile - salário mínimo de US\$ 175 (90.500 pesos) , recebido apenas pela minoria dos trabalhadores (11%), a maioria ganhando mais; estabelecido por comissão tripartite (governo, empresarias e trabalhadores) , valor atual valido até maio de 2000 (estabelecido em maio de 98): jornada de trabalho de 48 horas .

Paraguay - salário mínimo "teoricamente" estabelecido em US\$ 179 (591.444 guaranis) ,mas na pratica de 50 a 70% dos trabalhadores ganham menos: reajustado sempre que a inflação atinge 10% ; jornada de trabalho de 48 horas; direito a no mínimo férias de 6 dias .

Uruguay - salário mínimo de US\$ 90 (1040 pesos), vasta maioria ganha mais, o Ministério do Trabalho obriga ao cumprimento, jornada de trabalho de 48 horas na industria e 44 horas no comércio; ferias de 20 dias anuais .

A partir destes valores, a média do salário mínimo no Mercosul é de US\$ 131 .

Volkswagen demite trabalhadores em luta

A Volkswagen demitiu na ultima semana, 22 metalúrgicos de sua fabrica de motores em São Carlos, interior de São Paulo. Desde a semana anterior os trabalhadores da empresa vinham fazendo uma "greve tartaruga" ¹ que acarretou a diminuição da produção na fabrica em 870 motores. A planta faz 1.200 motores por dia .

As demissões culminaram uma forte pressão da empresa contra os trabalhadores. "As ameaças e as demissões são formas de retaliar os trabalhadores que não aceitaram renovar o banco de horas", afirmou Aparecido Dias Evangelista, da Comissão da Fábrica .

¹ **Huelga Tortuga** – una medida de fuerza donde los obreros retrazan la producción

Os trabalhadores vinham negociando a renovação do banco de horas condicionando-o à redução da jornada de trabalho para 4º horas semanais e ao aumento da participação nos resultados (PLR) dos R\$1.000 propostos para R\$2.100, valor pago aos trabalhadores na planta da Volks da Anchieta, em São Bernardo .

Segundo o jornal Gazeta Mercantil, o Sindicato dos Metalúrgicos local, filiado à Social Democracia sindical (SDS) é favorável à renovação do acordo e a negociação e a greve vinham sendo conduzidas pela oposição sindical .

O vice-presidente de Recursos humanos da Volks, Fernando Tadeu Perez, que vinha ameaçando com o fechamento da fábrica declarou estar fora de questão qualquer aumento de salários ou redução da jornada. *"Estamos em São Carlos justamente por causa dos custos de produção mais baixos. Se é para pagar o mesmo salário e dar os mesmos benefícios é melhor concentrar tudo na Anchieta"*. A assessoria de Perez declarou que a empresa deixará de investir R\$ 1 milhão na fábrica e que o investimento para a produção de motores diesel deverá ser transferido para a Argentina .

O salário médio dos horistas em São Carlos é de R\$ 589 . na planta da Anchieta, filiada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC o salário médio é de R\$ 1.200 . (*Folha de São Paulo*, 21 e 22.03.00 e *Gazeta Mercantil*, 21.03.00)

O Correio Sindical do Mercosul vêm declarar a sua irrestrita solidariedade aos trabalhadores da Volkswagen de São Carlos . Vemos com grande preocupação a atitude da empresa de represália contra os trabalhadores em luta, atitude que repete, em menor escala, o ocorrido na fabrica da Volks na África do Sul, quando foram demitidos 1.300 trabalhadores em greve . É preocupante, também a indiferente vontade da empresa de jogar os trabalhadores de São Carlos contra os trabalhadores do ABC e da Argentina . Lembramos aos dirigentes da empresa que é crime, pelas leis brasileiras, atentar contra a organização do trabalho

Suspensiones en el sector automotriz

La automotriz Fiat decidió suspender a 1.500 operarios de su fábrica cordobesa para evitar la acumulación de stock. La medida fue acordada con el SMATA y se extenderá durante once días. El acuerdo establece que los trabajadores cobrarán el 75% de su salario durante el período en que no desarrollen tareas.

El gerente de Relaciones Institucionales de Fiat Auto, Eduardo Bischoff, dijo que "las entregas de vehículos están al día, pero las ventas son escasas. En consecuencia, para evitar una acumulación de stock es que se definió acotar la producción".

También habría problemas en la planta de motores de Perkins. El sindicato de la empresa denunció que se intenta achicar el salario de los 150 operarios.

En tanto, en Renault continúan las negociaciones para definir la situación de 300 obreros que no están contemplados en los planes de producción. En principio, existe la intención de transformar la posibilidad de los despidos en suspensiones rotativas. El director de Relaciones Institucionales de Renault, Juan Manuel Lardizábal, dijo que "estamos buscando la mejor solución para el problema".

En IVECO, la fábrica funciona con reducciones horarias de una hora en los turnos de lunes a jueves y deteniendo la producción los viernes ante la disminución en la demanda de camiones.(Clarín, 18-03).

CCSCS presenta las conclusiones de la Cumbre Sindical de diciembre

El próximo lunes 27 de marzo, la Coordinadora de Centrales Sindicales presentará en la ciudad de Montevideo, la publicación que recoge las conclusiones de los veinte encuentros sectoriales, así como la Declaración emanada de la Cumbre Sindical realizadas los días 6 y 7 de diciembre de 1999, la cual también se presentarán en un CD rom.

En el evento, asimismo se dará difusión al video realizado sobre la Cumbre y a la página Web de la CCSCS.

El evento se realizará en el Salón Dorado de la Intendencia Municipal de Montevideo a las 19, y en el mismo participarán representantes de las diferentes centrales sindicales que integran la CCSCS. (Corresponsal en Uruguay 24/03/00)

Governo brasileiro contra direito das mulheres

O governo brasileiro vai levar para a reunião da OIT em Genebra, Suíça, em junho de 2000, uma posição favorável à Revisão da Convenção 103, aquela que se aplica às mulheres assalariadas e se refere à Proteção Social à Maternidade. Entre outros princípios, a Convenção 103 estabelece o direito à licença-maternidade e o aleitamento materno.

A revisão está sendo proposta pelos empregadores e governos de vários países (Brasil incluído) que querem jogar certos direitos para a livre negociação, o que vem sendo interpretado como um retrocesso na luta dos trabalhadores. "*Querem colocar as mulheres na parede, obrigando-as a escolher entre ter um filho e amamentá-lo ou arrumar um emprego*", ressalta o presidente da CGT, Antonio Carlos dos Reis, Salim.

A CGT, a CUT, a Força Sindical e vários movimentos da sociedade exigem que o governo brasileiro assuma a defesa desses direitos nessa segunda etapa da votação, em Genebra. O movimento quer ainda que o governo defenda a ampliação dos direitos desta Convenção, aumentando a licença-maternidade de 12 para 17 semanas, o que ajudaria o movimento sindical de vários países, cujas mulheres ainda não conseguiram esse direito mínimo. A Convenção atual (aplicada em vários países) estipula que a licença seja de apenas seis semanas. (Confederação Geral dos Trabalhadores, in www.cgt.org.br)

Congresso nacional dos metalúrgicos da CUT

Metalúrgicos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) se reúnem de hoje a domingo, em Santo André, no ABC Paulista, para definir a criação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da CUT. A proposta visa a uma modificação baseada na concepção de liberdade e de autonomia sindical – diz Marco Maia, secretário-geral da CNM/CUT. Maia lembra que o governo brasileiro ainda não ratificou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1987, que reitera esses princípios.

Com o novo sindicato, a CUT espera poder atuar dentro das fábricas, e não só diante dos portões, como hoje. O principal objetivo é formar comitês sindicais por empresas, o que requer a alteração na legislação. A partir dos comitês, serão indicados representantes para seções regionais, estaduais e para a direção nacional.

A contratação coletiva de trabalhadores será uma das principais lutas do sindicato nacional, para acabar com as distorções. A média salarial dos metalúrgicos, por exemplo, é de R\$ 450 no país, enquanto no ABC Paulista chega a R\$ 1,3 mil. A redução da jornada de trabalho será outro ponto a ser proposto.

Outra central, a Força Sindical nem vai discutir esse assunto: "*Os metalúrgicos da CUT terão dificuldades para se estruturar numa entidade única*" – prevê Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. (Zero Hora, 23.03.00) ([regressar](#))

Brasil e México fazem acordo

O acordo bilateral automotivo com o México pode ser definido no início da próxima semana. A delegação mexicana, comandada pelo secretário de Comércio e Fomento Industrial, Eduardo Solis, chega ao Brasil na segunda-feira para a reunião com o secretário de Política Industrial, Hélio Mattar, e com o embaixador Graça Lima. As bases para o acordo estão praticamente definidas. Deverá ser estabelecida uma cota de 60 mil veículos para cada país, com alíquota de 8% (hoje a alíquota mexicana é de 20% e a brasileira, 35%). Para o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), José Carlos da Silveira Pinheiro Neto, o "ideal" seria a adoção de uma alíquota zero. Mesmo assim, ele se declara otimista com a possibilidade de o acordo ser fechado nessas bases. "A cota de 60 mil veículos significa dobrar as exportações do setor para o México", afirma Pinheiro Neto, lembrando que, no ano passado, o comércio automotivo com aquele país não atingiu 30 mil unidades. A Anfavea está trabalhando com uma perspectiva de ampliar em 40% as exportações brasileiras de veículos em 2000. Com isso, o setor voltaria a atingir os volumes recordes de 1998, quando as exportações alcançaram a marca de US\$ 5 bilhões. Nesse sentido, analisa Pinheiro Neto, os acordos bilaterais que estão sendo negociados pelo Brasil com México, Venezuela, Chile e África do Sul são "fundamentais" para se chegar às metas de superávites."

O acordo que está mais próximo de uma definição é realmente aquele com o México, mas já há progressos em relação à Venezuela. Este país implantou recentemente um plano de incentivos ao carro popular, estabelecendo uma cota de 25 mil veículos para o Brasil. Como o país importa US\$ 1 bilhão ao ano em petróleo venezuelano, a Anfavea avalia que não haverá problemas para definir um acordo para o comércio automotivo.

As negociações com Chile também já estão avançando. O Chile, que insistia em limitar o comércio a frutas e vinho, aceitou incluir os automóveis no acordo bilateral e quer definir cotas com tarifas reduzidas. Com a África do Sul, os entendimentos ainda estão em fase embrionária. (*Jornal do Brasil*, 23.03.00)

Vendas para o México crescem, antes até do acordo

Independentemente do acordo de preferências tarifárias que está para ser assinado entre Brasil e México, as vendas de produtos brasileiros ao mercado mexicano já experimentam grande crescimento. E as perspectivas serão ainda melhores a partir do fechamento do acordo. No segundo semestre do ano passado, as exportações ao México cresceram mês a mês - dos US\$ 83,41 milhões de julho para os US\$ 150,15 milhões de dezembro. Em janeiro, os embarques caíram para US\$ 82,99 milhões, mas ainda assim foram 160% superiores aos de janeiro de 1999.

O setor automotivo - que já tem um pacto com os fabricantes mexicanos de automóveis, dependendo apenas do acordo global entre os dois governos - puxa esse crescimento. As exportações de automóveis e também de chassis com motor e carrocerias para automóveis, inexistentes em janeiro de 1999, saltaram respectivamente para US\$ 20,50 milhões e US\$ 3,57 milhões no primeiro mês deste ano. (*Gazeta Mercantil*, 20/03/2000)

UE prevê negociação complicada com o Mercosul

O comissário de Comércio da União Européia (UE), Pascal Lamy, disse ontem que a negociação comercial com o Mercosul será mais 'complicada' do que a feita com o México. Os países membros - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - devem chegar primeiro a um verdadeiro acordo de livre comércio entre si antes de iniciar um acordo com a UE, afirmou. 'No curso da negociação (com os europeus), provavelmente o Mercosul vai perceber quais coisas devem ser feitas' no próprio bloco, acrescentou.

O acordo de livre comércio entre as duas regiões foi o principal tema do jantar de segunda-feira, que reuniu Lamy, o chanceler Luiz Felipe Lampreia e empresários, em São Paulo.

O comissário europeu está convencido de que o Mercosul é basicamente uma união aduaneira com alguns elementos de livre comércio. Mas 'uma grande quantidade de padrões técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias e até mesmo o regime de investimentos não são livres no Mercosul. (Gazeta Mercantil, 20/03/2000) ([regressar](#))

Notas e correspondência

No decorrer da semana passada recebemos as correspondências abaixo e a pedido divulgamos

1. Procura-se

Companheiros,

Gostaríamos se possível nos informar alguns endereços de entidades sindicais de trabalhadores de empresas de pesquisa agropecuária no Mercosul. No Brasil os trabalhadores e trabalhadoras que atuam na pesquisa tem sofrido profundas perdas salariais e direitos trabalhistas, como também as empresas públicas deste setor tem passado por permanentes formas de desmantelamento e sucateamento. Com isso o SINPAF Sindicato Nacional dos Trabalhadores das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário predente discutir com estes companheiros formas conjuntas de mobilizações, principalmente no Mercosul.

Saudações Sindicais,

Lenildo Moraes
Presidente do SINPAF

(Quem tiver informações e contactos para indicar favor mandar ao Correio Sindical Mercosul que encaminharemos ao Sindicato).

2. Encontro Latino-americano de Advogados Trabalhistas

Tema: A advocacia trabalhista e as relações sociais na América Latina (conjuntura e perspectivas) - de 28 de abril a 1º de maio de 2000

Local: Campos do Jordão, SP, Brasil - Centro de Convenções - Hotel Mont Blanc - (www.hotelmontblanc.com.br)

Contato – para pedir o programa e informações sobre inscrições telefonar para : 55-11- 228-8176 ou por e-mail com **OSVALDO SIROTA ROTBANDE - rotbande@osite.com.br**

ABDL reúne, em SP, 180 profissionais de 35 países para discutir desenvolvimento sustentável

Cento e oitenta profissionais de várias áreas de 35 países se reunirão entre 19 e 29/3, em Embu (SP), para discutir temas ligados a desenvolvimento sustentável.

O evento inicia a 8ª Sessão do Lead International (Leadership for Environment and Development - Programa de Lideranças em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), treinamento com dois anos de duração. A organização é da ABDL (Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças), que desenvolve o Programa Lead no Brasil.

Além das palestras e debates, os bolsistas serão desafiados a observar elementos que compõem o tema central do evento em visitas de campo ao Vale do Ribeira, enfocando biodiversidade e comunidades locais. Eles irão também à Baixada Santista, para discussão sobre industrialização e urbanização, e a Ribeirão Preto, onde serão observados os agentes das cadeias produtivas sucroalcooleira e cítrica. Nos estudos de campo, serão discutidos problemas que o desenvolvimento tem causado, quem detém a governabilidade do processo e se há indícios de sustentabilidade nas novas tendências. ([regressar](#))

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro



cesint@uol.com.br
cesint@sinectis.com.ar
cesi@y.com.uy

Companheir@s,

Gostaríamos se possível nos informar alguns endereços de entidades sindicais de trabalhadores de empresas de pesquisa agropecuária no Mercosul. No Brasil os trabalhadores e trabalhadoras que atuam na pesquisa tem sofrido profundas perdas salariais e direitos trabalhistas, como também as empresas públicas deste setor tem passado por permanentes formas de desmantelamento e sucateamento. Com isso o SINPAF Sindicato Nacional dos Trabalhadores das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário predente discutir com estes companheiros formas conjuntas de mobilizações, principalmente no Mercosul.

Saudações Sindicais,

Lenildo Morais
Presidente do SINPAF